PROJETO BENGUELA: EXPERIÊNCIAS DE RAÇA E GÊNERO NA ESCOLA[1]

BENGUELA PROJECT: RACE AND GENDER EXPERIENCES AT SCHOOL

Laila Thaíse Batista de Oliveira[2]
Ludmila Guerra da Silva[3]

Resumo: No presente artigo pretende-se analisar as perspectivas que o "Projeto Benguela: meninas negras contam suas histórias" trouxe para o contexto escolar. O referido projeto iniciou em 2018 e homenageia Tereza de Benguela, líder quilombola em Mato Grosso, no Quilombo do Piolho, no século XVIII. O projeto é voltado para as turmas de 8º e 9º anos das escolas públicas e consistiu em trazer discussões sobre raça, gênero e sexualidade. As ações do projeto ocorreram por meio de oficinas e consistiram na produção textual livre com foco nas vivências das/dos estudantes a partir de reflexões de textos e pesquisas sobre algumas escritoras/es negras/os. Para a análise do projeto utilizou-se um aporte teórico sobre os conceitos de interseccionalidade, negritude e feminismo negro. A experiência possibilitou trazer para sala de aula novas referências intelectuais negras e a proposta do Projeto buscou contribuir para uma produção de conhecimento que considere o pensamento e as áreas de conhecimento de forma integrada. Além disso, propôs um reposicionamento de autoimagens ou autodefinições, positivando a imagem da população negra ao trazer referências que contribuíram com a luta antirracista, bem como aquelas que obtiveram grandes conquistas na sociedade.
Palavras-Chave: Educação. Relações étnico-raciais. Juventude.

Abstract: This article intends to analyze the perspectives that the "Benguela Project: black girls tell their stories" brought to the school context. This project started in 2018 and pays tribute to Tereza de Benguela, quilombola leader in Mato Grosso, in Quilombo do Piolho, in the 18th century. The project is aimed at classes of 8th and 9th years of public schools and consisted of bringing discussions about race, gender and sexuality. The project's actions took place through workshops and consisted of free textual production focusing on the students' experiences based on reflections on texts and research on some black writers. For the analysis of the project, a theoretical contribution on the concepts of intersectionality, blackness and black feminism was used. The experience made it possible to bring to the classroom new black intellectual references and the Project's proposal sought to contribute to a production of knowledge that considers thought and knowledge areas in an integrated manner. In addition, it proposed a repositioning of self-images or self-definitions, making the image of the black population positive by bringing references that contributed to the anti-racist struggle, as well as those that achieved great achievements in society.
Keywords: Education. Ethnic-racial relations. Youth.

[1] Artigo recebido em 10 de outubro de 2020 e aceito em 10 de dezembro de 2020.

[2] Jornalista, mestre em Comunicação (PPGCOM/UFS), lailathaise@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4027-6891. Research id: ABC-9672-2020.

[3] Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Ludmila.guerra@outlook.com.

Introdução

O racismo ainda se configura como um dos maiores problemas sociais no mundo. Desse modo, sendo responsável por estruturar as desigualdades existentes no Brasil, a partir das relações de poder que se estabeleceram, – de forma bastante sucinta e simplificada –, o branco detém a hegemonia na sociedade em detrimento ao negro.

O tema ainda encontra resistência para avançar nas discussões, isso porque culturalmente o Brasil foi construído sob a falsa imagem de ser um país que vivencia uma democracia racial. Aqui tomaremos o conceito de raça não como fenômeno biológico, mas sim histórico, social e cultural.

> O racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia. O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou confusão; é ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social. É o fenótipo que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais, e como ponto de referência em torno do que se organizam as discriminações "raciais" (MOORE, 2007, p. 11, aspas do autor).

Podemos ainda reforçar que o racismo se traduz em dados de pesquisas divulgadas pela UNESCO, como consta no Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, publicado em 2017, cujo relato afirma que a chance de um jovem negro morrer assassinado no Brasil é 2,7 vezes maior do que a de um jovem branco. Nesse aspecto, para melhor compreender como os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade, classe e outros são acionados, bem como de que forma a interseccionalidade traz experiências diferentes para os diversos sujeitos, gerando vulnerabilidades distintas, traremos a contribuição de Kimberlé Crenshaw (2002) sobre as experiências relacionadas ao gênero. Dito isto, a autora ressalta que:

> Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (CRENSHAW, 2002, p.174).

A realidade das mulheres negras brasileiras ainda está entre as piores dos segmentos sociais do país. O último Mapa da Violência de 2015 constatou que, entre 2003 e 2013, subiu em 54,2% o número de assassinatos de mulheres negras; enquanto, no mesmo período, houve diminuição de 9,8% para as mulheres brancas.

Nesse sentido, os dados continuam a confirmar a desigualdade. De acordo com o *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida* (2013), formulado pelo IPEA, a mulher negra permanece localizada na base da pirâmide social e econômica do país. Em 2009, 7,4% das mulheres negras eram extremamente pobres, depois vinham os homens negros, com o percentual de 7%, mulheres brancas com 3,1% e os homens brancos com 2,9%. No âmbito da saúde, as mulheres negras permanecem tendo seus direitos negados devido ao racismo e ao machismo encontrados nas instituições que deveriam cuidar delas. Por exemplo, os dados fornecidos pelo SUS, levantados na Campanha SUS sem Racismo, apresentam que as mulheres negras costumam receber em média menos tempo de atendimento médico que mulheres brancas e compõem 60% das vítimas da mortalidade materna no Brasil.

Além disso, a pesquisa feita pelo Sistema Único de Saúde aponta que a mulher negra é a maior vítima da violência obstétrica, ou seja, da violência que ocorre no período da gestação, parto e puerpério. Somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto na pesquisa, ao contrário dos 46,2% referentes às mulheres brancas; já 62,5% das mulheres negras receberam orientações sobre a importância do aleitamento materno, preteridas em favor dos 77% das mulheres brancas. Em outras palavras, conforme Lélia Gonzales afirma "Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice descriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, sexo e classe), assim como seu lugar na força de trabalho". (GONZALES, 2018, p. 42).

Em linhas gerais, todos os dados relatados só confirmam os fenômenos de exclusão e subalternização vivenciados pelas mulheres negras e, consequentemente, pela população negra e pobre. Nesse contexto de disputas dentro de uma sociedade em que o racismo ainda estrutura as desigualdades sociais, a produção de conhecimento sobre a população negra é fundamental para o que Moore (2007) denomina como "reorientação epistemológica", que concerne em um esforço coletivo de esgotar os estudos voltados para a problemática do racismo.

O Brasil, assim como outros países que sofreram processos escravagistas e de colonização, vivenciou e vivencia um processo longo de epistemicídio. Isto é, a aniquilação dos nossos saberes e conhecimentos africanos ou afrodiaspóricos, como a intelectual negra Sueli Carneiro (2005) analisou, "é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta" (CARNEIRO, 2005, p. 97). Esse processo tanto se deu devido à história do país ser contada pela perspectiva do colonizador, sendo essa

perspectiva difundida nos livros didáticos, em que se perpetuou uma educação embranquecida, como aponta Ana Célia Silva (2004), quanto pelos diversos obstáculos criados pelo racismo estrutural e institucional, que dificultou o acesso da população negra à educação pública de qualidade.

Com isso, a Lei 10.639/2003, fruto da luta do movimento negro no Brasil, estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na rede de ensino pública e privada, com o intuito de desconstruir a imagem inferiorizada do continente africano e construir referências positivas e sem estereótipos da África da história afro-brasileira. Contudo, o que se observa é que as instituições trazem a questão racial exclusivamente no 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, e não dentro dos currículos. (SILVA, 2004).

Dessa maneira, trazer para as escolas diversas datas simbólicas para o povo negro brasileiro, faz parte de uma retomada da história da população negra no contexto escolar e, assim, apresentar para a juventude outros referenciais da história da população afro-brasileira e afro-diaspórica que os estudantes pouco acessam, construindo imagens positivas acerca de seus ancestrais que não apenas a estigmatizada imagem da condição de escravas/os.

A partir desse entendimento, trazemos à baila o "Projeto Benguela: meninas negras contam suas histórias", desenvolvido pela Gerência de Igualdade Racial da prefeitura de Aracaju com a Coordenadoria de Políticas Educacionais para a Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju, voltado para as turmas de 8º e 9º ano das escolas públicas. Tal projeto diz respeito a um conjunto de ações para o enfrentamento ao racismo e ao machismo, em ambiente escolar, e, por consequência, ao fortalecimento da juventude negra sergipana. Portanto, apresentamos o objetivo deste artigo: analisar quais perspectivas o "Projeto Benguela: meninas negras contam suas histórias" trouxe para o enfrentamento ao racismo e ao machismo em ambiente escolar.

O projeto Benguela

Como dito anteriormente, o "Projeto Benguela: meninas negras contam suas histórias" consiste em um conjunto de ações para o enfrentamento ao racismo e ao machismo em ambiente escolar e, por conseguinte, contribui para o fortalecimento da juventude negra. Foi iniciado em 2018, a partir da parceria entre Gerência de Igualdade Racial, da prefeitura de Aracaju, com a Coordenadoria de Políticas Educacionais para a Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju, realizado pelas responsáveis dos setores e as/os estagiários, com a finalidade de atender a juventude da rede municipal e inserir as questões raciais, de classe e gênero

nas escolas, uma vez que o racismo tem estigmatizado e sido responsável por diversos contextos de violência vivenciadas pelas crianças e adolescentes negros nas escolas. Para isso, foram considerados dois aspectos fundamentais: a realização das oficinas de fanzine nas 20 escolas municipais; e o estudo da prática das oficinas como proposta pedagógica para a equidade nas relações étnico-raciais e de gênero nas escolas.

Conforme aponta Lourenço (2006), o fanzine é uma revista alternativa, artesanal, confeccionada através de colagens de imagens, desenhos, produções de textos, cabendo poesias, música, entrevistas. O projeto propõe ser desenvolvido à luz da Lei 10.639/2003, visando construir referências positivas e sem estereótipos da África e da história afro-brasileira.

Deve-se frisar, ainda, que o projeto foi fomentado em alusão ao 25 de julho[4], Dia da Mulher Afro Latino-americana e Caribenha, data que marca a luta das mulheres negras, cuja finalidade refere-se à elaboração, para a sala de aula, de reflexões sobre a vida e trajetórias das mulheres negras, principalmente aquelas que a partir de sua luta conseguiram promover transformações na história do nosso país, como Tereza de Benguela. Ou seja, Tereza de Benguela liderou o Quilombo Quariterê com muita coragem, de modo que seu legado é lembrado até os dias atuais, sendo homenageada no dia 25 de julho – dia nacional da Mulher Negra e dia Tereza de Benguela (ARRAES, 2017).

É fundamental o fortalecimento da identidade racial da juventude negra, assim como apresentar para as/os estudantes importantes referenciais teóricos negras/os, de forma a contribuir para uma formação educacional que considere epistemologias produzidas por pessoas negras, visto que, tradicionalmente, os currículos escolares e das demais instituições de ensino priorizam saberes eurocentrados.

Figura 1: EMEF Prof. Maria Thetis Nunes

[4] A data surgiu a partir do 1º Encontro de Mulheres Afro Latino-americanas e Afro-caribenhas em 1992, em São Domingos, na República Dominicana, onde, após a criação de uma rede de Mulheres Afro Latino-americanas e Afro-caribenhas, ficou definido o 25 de julho como um dia que marca essa luta.

Em suma, o conteúdo produzido pelas/pelos estudantes é o resultado da forma como elas/eles traduzem suas vivências e seu cotidiano por meio de suas próprias narrativas. Isto é, a ferramenta permite que eles possam expressar suas formas de enxergar o mundo. A narrativa produzida para retratar a vivência de pessoas negras produzidas por elas mesmas é o que Evaristo (2005) nominou de "escrevivências", sendo assim, a produção dos fanzines consiste na escrevivência das/os alunas/os da rede municipal de Aracaju.

O projeto alusivo ao dia 25 de julho, data que homenageia Tereza de Benguela, líder quilombola que se tornou rainha, resistindo bravamente à escravidão por duas décadas como já mencionado, também ressalta a importância de valorizar a memória e referências que positivem a imagem do povo negro. Além disso, também destaca a importância de compreender a realidade da mulher negra, no Brasil e no mundo, através de um olhar interseccional, tendo em vista que raça, gênero e classe são categorias decisivas para determinar as opressões vivenciadas pelas mulheres negras, como examina Kimberlé Crenshaw (2004), Angela Y. Davis (2016) e Luiza Bairros (1995).

É nesse sentido que o Projeto Benguela: meninas negras contam suas histórias traz para a ordem do dia contribuir para o protagonismo da juventude das escolas municipais, especialmente as adolescentes negras, uma vez que é esse o segmento que está em situação de maior vulnerabilidade na sociedade. O projeto propõe incentivar novas práticas em sala de aula que valorizem os saberes africanos e afrodiaspóricos, a superação de práticas opressivas (racismo, machismo e Lgbtfobia) em sala de aula e o fomento à autonomia das/dos estudantes por meio da elaboração dos fanzines.

A primeira etapa da oficina consiste na discussão acerca dos temas com os estudantes, nessa fase são utilizados recursos diversos, como o audiovisual, livros, músicas. Já quanto à segunda etapa, esta se refere à divisão de equipes em sala de aula, que se responsabilizarão pela produção textual, pesquisa e diagramação. A turma de estudantes desenvolve as atividades relativas à produção do fanzine com supervisão dos proponentes da oficina.

Figura 2: EMEF Costa Melo – os/as estudantes produzindo os fanzines.

Para a produção, a equipe tem liberdade para desenvolver textos como poesias, músicas, entrevistas e relatos. O grupo responsável pela diagramação produz desenhos na capa, charges e estrutura o fanzine, enquanto um terceiro grupo cuida das pesquisas através da internet, livros e revistas. Para as pesquisas são utilizados os materiais disponíveis na biblioteca da escola, dessa forma, estimulando o interesse dos jovens pelos materiais disponíveis no acervo. Pelas proponentes do Projeto, os jovens são orientados a pesquisar autores negros e autoras negras para que possam conhecer esses intelectuais. O segundo e o terceiro dia são voltados para o desenvolvimento e finalização dos fanzines.

Após essa etapa, os materiais produzidos são corrigidos, as cópias são reproduzidas e o material é distribuído na escola para os professores e os estudantes. Os fanzines retratam a forma que as/os estudantes enxergam a realidade que estão inseridas/os e, para além disso, como elas e eles acreditam que deveria ser o mundo, de maneira a propor, através de mensagens e desenhos, formas de eliminação das opressões raciais, de gênero, sexualidade e outras.

Um olhar sobre os relatos

Na EMEF Olga Benário, escola que foi o projeto-piloto do Benguela, o debate entre as alunas e alunos conduziu a um ponto sensível de conflito no cotidiano das/dos jovens. Uma das estudantes do 8º ano,

chamaremos de Maria, relatou que alguns meninos não permitiam que as meninas jogassem futebol, disputavam a posse da bola e da quadra. Ademais, estes constantemente alegavam que as meninas não sabiam jogar.

Alguns meninos confirmaram o conflito, outros negaram e, por fim, um dos meninos – que era o pivô dos conflitos, chamaremos de João, apresentou-se e expôs que, de fato, ele acreditava que as meninas deveriam usufruir de menos tempo de quadra, já que, para ele, elas "não sabiam jogar". A partir daí as próprias meninas elencaram algumas jogadoras de futebol de destaque nacional, o que gerou uma potente discussão sobre gênero. Mais adiante, os meninos foram reconhecendo que o talento não estava associado ao gênero, inclusive João que, anteriormente, havia se posicionado contrário ao jogo das meninas.

Foram destacadas duas jogadoras ao longo da discussão, ambas jogaram na seleção brasileira, Formiga e Martha, na divisão das tarefas para a confecção do Fanzine, João se disponibilizou para contribuir com os desenhos para o fanzine e surpreendeu toda a turma ao final da oficina, quando desenhou para estampar a capa de um dos fanzines uma Martha gigante ao lado de um Neymar menor. Assim, João explicou que fez a jogadora Martha maior que o Neymar por ela colecionar mais títulos e, mesmo assim, não ter reconhecimento semelhante ao do jogador citado.

Diante disso, a partir das reflexões, conversas e confecção do fanzine, as/os estudantes refletiram acerca dos marcadores que atravessam essas experiências. Sendo assim, ao repensarem uma possível mudança com as meninas, elencando Martha como esse símbolo, esses jovens deslocaram o olhar para o reconhecimento positivo desses corpos, que são perpassados por gênero, raça e sexualidade. Com essa reflexão, compreendemos que é preciso entender o lugar social da diversidade dos estudantes, de maneira a constatarmos que é, também, por meio desse lugar que eles poderão contar e expressar suas vivências através da produção do fanzine, bem como de que forma elas lidam com o conjunto de opressões.

A escolha teórico-metodológica que orienta a prática das oficinas, assim como a condução dos debates, está na esteira do pensamento feminista negro, trazido por Collins (2019), em que é construída "uma relação dialética entre a opressão sofrida e o ativismo exercido" (COLLINS, 2019, p. 63). No processo das oficinas realizadas até o momento, surgiram narrativas de meninas negras declarando sua religiosidade de matriz africana, sua orientação sexual Lgbt, o orgulho de sua identidade racial, de seus traços e outros processos que fazem parte do amadurecimento e da formação identitária das jovens e dos jovens.

Conforme bell hooks (1995) aponta, a intelectualidade deve estar à serviço das transformações sociais e, nesse sentido, a prática da "escrevivência", termo alcunhado por Conceição Evaristo, tendo a escrita do que se vive como prática de resistência frente às mais diversas formas de opressões vivenciadas pelo conjunto de mulheres negras, é refletida no processo criativo dos/das jovens durante a produção dos fanzines. Quanto ao processo da escrita como prática libertadora, Cardoso (2017) ainda reforça que:

> A escrita transforma-se, então, em espaço seguro de onde é possível desafiar as imagens negativas e estereotipadas e externamente definidas sobre mulheres negras, produzindo outras imagens e representações sociais femininas negras positivadas, restituindo-lhes politicamente sua condição de sujeito histórico (CARDOSO, 2017, p. 8).

Assim, a escrevivência, esse exercício de contar algo através da escrita do cotidiano, coloca a mulher negra como protagonista de sua história e da história dos seus ancestrais, promove a possibilidade de recontar fatos já historicizados, que descrevem a perspectiva dos que "venceram as batalhas". Essa é a possibilidade de recontar a história, situando que esses que são tidos como heróis, submeteram os povos africanos e afro-diaspóricos à exploração da mão de obra escravizada, a todo tipo de violência e de desumanização, é o que a autora Chimamanda Ngozi Adichie (2009) reflete na obrai *O perigo de uma história única*, a perspectiva dos colonizadores como é contada, apaga e distorce o papel dos povos originários e africanos na construção do Brasil.

A proposta da produção dos fanzines também abre um importante diálogo com autoras/autores como Ana Célia da Silva (1995/2001) e Kabenguele Munanga (1986/2006), que refletem sobre a ausência de referências negras nos currículos e livros didáticos, e a importância de traçar novas estratégias para a superação do racismo no contexto escolar e para refletir a implementação da Lei 10.639. Em síntese, essa reorientação epistemológica e práticas que trazem reflexões importantes a respeito do enfrentamento ao racismo e outras formas de opressão, bem como ao fortalecimento da autoestima podem ser observados nos resultados das oficinas.

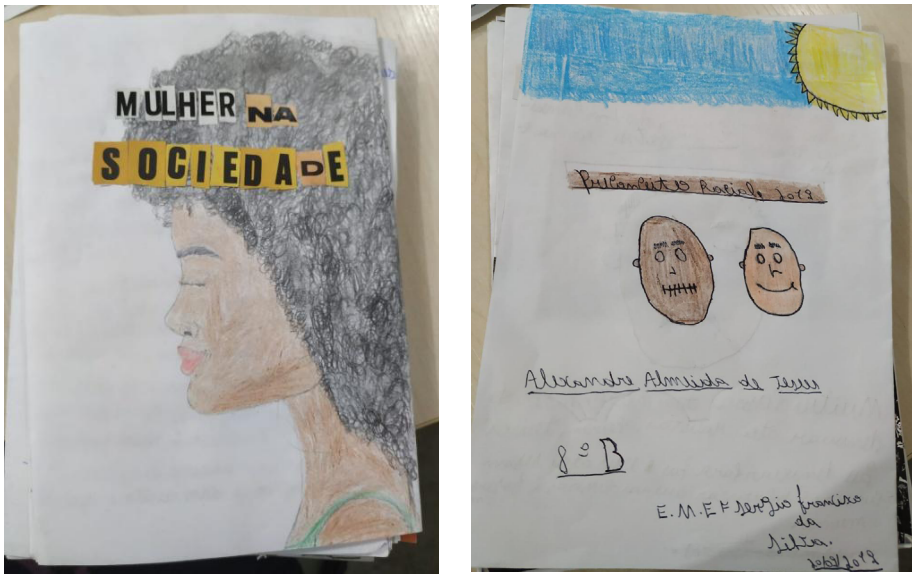

Figura 3: EMEF Sérgio Francisco – resultado dos fanzines

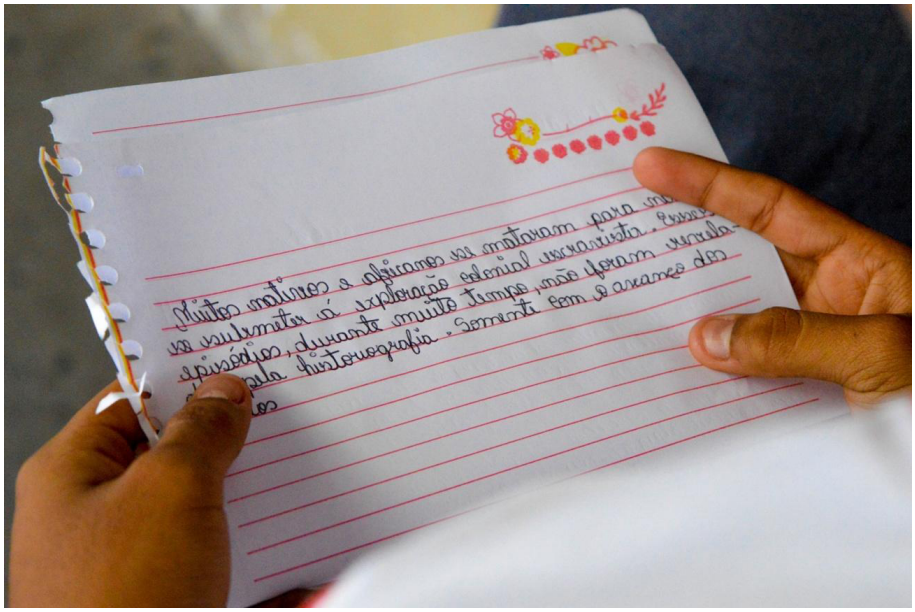

Figura 4: EMEF Olga Benário

Alguns dos meninos frequentemente relatavam episódios de abordagens policiais nas ruas, de como eram marginalizados. Ressaltavam como eram julgados pela forma de se vestir, de falar e pela sua cor, assim, eram tratados constantemente como uma ameaça às demais pessoas. Esses estereótipos, ou como Collins (2019) pontua, "controle de imagens", contribui para a estigmatização da imagem da população negra, que refletem "o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras" (COLLINS, 2019, p.140).

Tais construções contribuem, em grande medida, para justificar as diversas formas de práticas racistas que levam ao extermínio de jovens negros e pobres, corroborando com o que Achille Mbembe (2018) denomina enquanto necropolítica, isto é, a política da morte, que pode ser identificada nos dados presentes no Mapa da Violência. Nesse aspecto, a violência contra a juventude negra sergipana foi destacada em estudos nacionais e internacionais. Um exemplo disso consiste no relatório da ONG mexicana Seguridad, Justicia y Paz – Consejo Ciudadano para La Seguridad Publica y Justicia Penal, colocou Aracaju como a 38ª cidade mais violenta do mundo, com taxa de 33,7 homicídios por 100 mil habitantes.

De acordo com o estudo, a capital sergipana está entre as 21 cidades brasileiras que apresentaram as maiores taxas de homicídios. Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, conforme a metodologia divulgada pela própria ONG, foram excluídos países envolvidos em conflitos bélicos, a exemplo do Iraque e a Síria. O Mapa da Violência de 2016, destaca Aracaju como a sexta cidade mais violenta do país, com uma taxa de 50,5 mortes por cada 100 mil habitantes. Importante observar que, em comparação aos dados de dez anos atrás, Aracaju subiu no ranking, à medida em que a taxa em 2004, por exemplo, era de 33,4 mortes por cada 100 mil habitantes.

Quando se observa o quesito étnico-racial, os dados também geram preocupação. Em todo o estado de Sergipe, mais de 51% da população vítima de armas de fogo é negra, sendo, apenas em 2014, 822 negros/as assassinados, com um crescimento de 299% de vitimização negra no estado nos últimos dez anos. Ou seja, os dados reforçam que o racismo continua determinando como e se devem viver jovens negros, assim, ao proporcionar que as/os estudantes negros possam narrar suas histórias e construir novas referências positivas de si e do outro, o Projeto contribui para a construção de novas perspectivas no contexto escolar, priorizando a autonomia e o protagonismo da juventude negra.

Considerações Finais

Com foco em evidenciar as experiências que são atravessadas pelos marcadores sociais de raça, classe e gênero, a produção de fanzines, pelos estudantes da rede pública municipal, buscou apresentar para a juventude a possibilidade da comunicação enquanto uma ferramenta e meio de transformação da realidade, uma vez que, através das oficinas, é possível estimular o interesse pela pesquisa e produção textual. Portanto, entre os resultados, buscou-se propor a construção de novas possibilidades de

abordagens a partir de conteúdos africanos e afro-brasileiros junto à comunidade escolar, já que ainda existe uma grande dificuldade de implementação da Lei 10.639 nas escolas públicas e instituições de ensino.

Além disso, a experiência possibilitou trazer para sala de aula novas referências intelectuais negras, visto que elas não são trabalhadas em sala de aula, ou quando são, acontece de forma muito pontual, especificamente no 20 de novembro, data alusiva ao Dia da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares. Assim como propôs a autora Jarrid Arraes em *Heroínas Negras*, retomando importantes personagens combativas da nossa história, os estudantes puderam conhecer e mergulhar nas histórias de seus/suas ancestrais.

A proposta do Projeto também dialoga com o campo da interdisplinaridade[5], ao reunir conteúdos de história, ciências sociais, educação e comunicação, contribuindo para uma produção de conhecimento que considere o pensamento e as áreas de conhecimento de forma integrada e não mais fragmentada. Também, propõe um reposicionamento de auto-imagens ou auto-definição como sugere Collins (2019), positivando a imagem da população negra ao trazer referências que contribuíram com a luta antirracista, bem como aquelas que obtiveram grandes conquistas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma única história**. Tradução Julia Romeu, 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras:** em 15 cordéis. São Paulo: Polén, 2017.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Ano 3, 2º semestre, 1995. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em 16 de setembro de 2020.

CARDOSO, Claudia Pons. **Por uma epistemologia feminista negra do sul:** Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11 Transformações, conexões, deslocamentos. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype. com.br/resources/anais/1499452943 ARQUIVO simposiootextofazendogenero13.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados. **Revistas USP.** v.17, n. 49, 2003, p. 117-132. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

[5] Conforme aponta Hilton Japiassu (1999).

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, número 1, janeiro/abril, 2016. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Dias, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N.M. de B.; SCHNEIDER, L. (org). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora.** João Pessoa: Ideia, Editora Universitária UFPB, 2005. Disponível em <nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/gênero –e-etnia-uma-escrevivencia-de.html >. Acesso em 20 de setembro de 2020.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzales em primeira pessoa. 1ª Ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

FIGUEIREDO, A.; GROSFOGUEL, R. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário**.*Revista Sociedade e Cultura.* Goiânia, v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/9096>. Acesso em 22 de novembro de 2020.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, V.3, nº 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

JAPIASSU, Hilton. A questão da interdisciplinaridade**.** In: HARTMANN, Hélio; SILVA, Henrique M.; GALLI, Sílvia (Orgs.) **Questões epistemológicas**. Maringá/PR: UEM, 1999, p. 130-143.

KIMBERLÉ, Crenshaw. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002. Disponível em https://scielo.br/scielo.php?pid=S010402X2002000100011&script=pt. Acesso em 09 de outubro de 2020.

LOURENÇO, Denise. Fanzine: Procedimentos construtivos em mídia tática impressa. (Dissertação - Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC/SP, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action>. Acesso em 17 de novembro de 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade** – Novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

Prefeitura de Aracaju. **Projeto combate racismo e estimula a autoestima nas escolas municipais**. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/78527>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

SILVA, Ana Celia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2 ed. – Salvador: EDUFBA, 2004.